
DEPOIMENTO

Violência e Instituição: uma questão em debate



FOTO: AGÊNCIA ESTADO

Três psicólogas que trabalharam em instituições onde a violência era um dado característico relatam suas experiências e apresentam suas posições face a essa questão tão discutida quanto mal resolvida.

A violência tem sido um tema bastante discutido. A princípio, quando a comissão editorial resolveu abordar essa questão, não havia uma pauta definida. Mas aos poucos os depoimentos foram sendo colhidos e, cada um a seu modo, falava da questão e dos ângulos e aspectos que o tema envolve.

Aqui, as psicólogas Cenise Monte Vicente — que desenvolveu um trabalho de supervisão no Ambulatório de Saúde Mental do Hospital Psiquiátrico do Juqueri e trabalhou no Manicômico Judiciário — e Yara Sayão, que atua na Unidade de Triagem 1 Sampaio Viana, da Febem, contam suas experiências.

No final, um depoimento de Maria da Graça C. Ferraz e Ferraz, psicóloga e pesquisadora que estudou as relações de poder numa instituição escolar de São Paulo por ela denominada "Escola da Barra", como tema de tese de mestrado para a PUC-SP.

Yara Sayão: A violência tem mil aspectos que daria para se pensar. É uma questão muito complicada, se bem que nessa unidade da Febem em que eu estou trabalhando não dá para identificar tanto. A violência que aparece lá não é a do trombadinha, do menor infrator. Há uma violência: explícita sim, de muros altos, guardas na porta, mas essa, depois de um certo tempo, você começa a abstrair, ela começa a fazer parte do cotidiano.

Mas há uma violência que se dá via família. Das crianças que entram lá 90% têm família. Elas entram na Febem por vários canais — via delegacia de polícia, juizado de menores, crianças abandonadas pela mãe que foram achadas, etc — e aí a família aparece ou a assistência vai atrás. Então, começa um trabalho de aproximação entre essas duas partes. Antes o discurso era devolver a criança para casa, desinternação porque a instituição é

ruim, etc. mas a prática era super-contraditória. Era importante a criança ficar junto com a mãe, voltar pra casa, mas as visitas eram um domingo por mês, então, como reaproximar desse jeito? A prática da assistência social que eu via era uma coisa de cobrança, se a família tinha condições de ficar com a criança, tinha que levar. E essas condições variavam muito, em função até dos valores da assistente social.

Hoje as coisas mudaram; eu vejo a prática um pouco mais próxima do discurso. Como pano de fundo de todas essas crianças que têm família, há o aspecto das péssimas condições de vida que elas enfrentam. Em geral não têm lugar para morar, o marido saiu de casa e a mulher ficou com vários filhos para cuidar, está sem emprego ou trabalha como doméstica ou faxineira e os patrões não aceitam o filho no emprego, sempre essa dificuldade material. Tem-se que trabalhar a desinternação levando-se em conta esses fatores, não é dizer; toma, leva o filho.

Agora a maioria das crianças não fica mais nas unidades da Febem. Elas continuam internadas em obras conveniadas, orfanatos, creches; a maioria no interior e ligadas a obras religiosas. Porque de repente a criança é transferida para outra unidade, outra cidade, e a mãe não tem dinheiro para ir visitar; então, se decreta a separação mesmo. A gente vem conseguindo que se faça convênios na capital, que esses convênios aceitem meninos e meninas, que aceitem várias idades, porque essas conveniadas, religiosas por exemplo, têm muito medo de lidar com a adolescência e chegando nessa fase a criança volta para as unidades da Febem.

"NO COMEÇO, FOI MUITO ASSUSTADOR"

No início desse trabalho eu me assustava muito porque chegavam crianças com marcas de queimaduras de cigarro, espancadas, violentadas — esses seriam casos extremos, que lá se chamam "maus tratos", um termo jurídico que se aplica nesses casos mas também quando simplesmente a mãe não dá o que comer, ausência de cuidados mínimos, etc. Então, quando eu ia atender a mãe de uma criança nessas condições, já ia meio prevenida; só que quando você entra em contato com toda a tensão que gerou isso, muda tudo. Nesses casos mais extremos a gente se baseia muito na reação da criança com a mãe, o que ela conta depois, como se comporta na presença dela; é um dado que

crianças de três anos, por exemplo, já têm, elas chegam e falam: "Ela bateu porque estava nervosa mas eu quero ficar com ela, quero ir embora".

Para mim, todo esse tempo convivendo com esse mundo foi um grande aprendizado. No começo foi muito assustador, eu fiquei paralisada, em termos de formação eu me senti completamente órfã; eu pensava, o que eu posso e o que dá pra fazer aqui? A casa é muito grande, atualmente tem 380 crianças mas já chegou a ter 580. Então acontece uma coisa de massificação. Quando monitora, meu trabalho era menor, num grupo de 20 crianças mais ou menos, dava para ver melhor o resultado do trabalho mas quando comecei a trabalhar como psicóloga mesmo, as coisas mudaram de figura. Com todas aquelas críticas que eu já tinha e tendo mais poder, mais responsabilidade, eu não sabia o que fazer. Fui correndo procurar supervisão. E foi muito importante essa supervisão, para eu poder começar a delimitar quais eram as prioridades, dentro de mil coisas que foram parar na minha mão. Fui começando a ver que coisinhas poderiam ser feitas, bem no nível | do pequeno mesmo.

A gente tem feito, um domingo por mês, uma reunião com as mães das crianças — algumas, as que podem ir, que não trabalham no domingo, não têm outros filhos pra cuidar — e eu apanhei muito no começo, em como lidar com o que podia acontecer nessas reuniões, encarando também os meus preconceitos em relação a elas. Porque elas se pegam muito no concreto, não conseguem simbolizar muito, a linguagem é muito chã. Mas deu para perceber que dá pra fazer coisas; nessa reunião a gente deixa claro que não se vai discutir a saída ou não do filho, mas sim as dúvidas e problemas que estejam sentindo. E isso aparece sempre na forma de perguntas, tipo: "é verdade que se a criança fica muito tempo aqui ela vai pra adoção?". A gente começou a lidar com isso de outra forma. Em vez de ir respondendo, tentar ver que fantasias estavam por trás dessas coisas. Na questão da linguagem, por exemplo, em muitas situações elas utilizam metáforas incríveis, pra colocar como estão sentindo a situação. Elas falam muito da dificuldade que é estar aí batalhando, o trabalho, a casa, a angústia de estar separada do filho, etc. Uma vez uma me disse assim: "Olha, é meio assim, é como estar com uma criança na mão, andando por uma rua; a gente quer chegar lá no fim da rua mas de repente tem uma pedra muito grande no meio do

caminho e a gente tem que ficar empurrando a pedra com os dois braços, não posso usar um só, e aí eu deixo a criança cair, porque eu tenho que usar os dois braços pra empurrar a pedra." Então, é nessas situações que a gente vê que elas têm coisas muito importantes pra dizer e temos que dar esse espaço.

"A GENTE FICA PENSANDO NO PSIQUISMO E NÃO NA FOME"

Cenise Monte Vicente: Acho que nessa questão da linguagem, a gente acaba pecando pelo excesso do contrário, por ficar trabalhando muito com conceitos; o psiquismo, o subjetivo, a questão da personalidade, da dinâmica familiar, sem enxergar as coisas mais concretas — as condições de vida, o cotidiano. A vida dessas mulheres é tão dura e a gente pensando no psiquismo e não na fome; na vivência e não na sobrevivência.

Yara: Eu me lembro que numa das vezes, eu estava conversando com a mãe de uma criança e ela, grávida, me chamou a atenção por falar várias vezes "esse que tá na minha barriga, se vingar, se nascer..."; no começo pensei: tem alguma rejeição aí. Mas não era bem assim. Em cada dez filhos morrem cinco ou seis mesmo. Não é que talvez ela não esteja querendo esse filho. É um dado concreto, pode vingar ou não. Por aí eu fui aprendendo muito, a ouvir o que elas realmente estavam dizendo. Não adiantava eu ficar interpretando como se fosse num consultório, com uma mulher de classe média.

No começo eu separava muito as coisas. Pensava que, então, todo o instrumental de que eu dispunha não servia pra nada, até perceber que servia sim, mas que eu tinha primeiro de botar os pés naquele chão, ver coisas desse tipo pra depois poder utilizar adequadamente a minha bagagem teórica. Eu tive de percorrer um caminho para poder saber onde cabia o meu conhecimento e aí assim poder trabalhar com coisas mais simbólicas, tal como elas se apresentavam.

Cenise: Esse aspecto da formação é superimportante. Minha primeira experiência institucional foi num manicômio, eu levei um susto. O estereótipo de louco é de que ele é perigoso, etc., eu cheguei lá e não sabia o que fazer. A gente decidiu que não ia mandar nada para o juiz, para não fazer o papel de alguém que está avaliando, psicologizando, porque fica muito como uma posição de dominação, você perde o controle da sua função, até seu espaço é invadido, tudo é invadido. O banheiro é aberto, a vida do cara é registrada num prontuário, então tinha-se que garantir o mínimo, atender com a porta fechada, não colocar o material que você obteve no

FOTO: MARISA UCHIYAMA



Yara Sayão

prontuário, mas registrar num prontuário separado, etc...

Num primeiro momento, eu tentava trabalhar individualmente, deixando claro para a pessoa que não estava a serviço da justiça, nem da sociedade, nem da instituição mas que estava querendo ajudar a melhorar a vida dela lá dentro e fora também, se um dia ela saísse. Depois você vai vendo que é muito complicado o individual num lugar desses, onde a pessoa é permanentemente injustiçada, violentada, porque ou você está reproduzindo essa instituição ou está numa situação de total impotência. Eles separavam muito bem o psicólogo do psiquiatra. O psicólogo não mandava o relatório para o juiz, o psiquiatra sim.

"O CONTROLE É LEVADO AO EXTREMO, É A ANTI-SAÚDE"

Yara: A condição da gente dentro de qualquer instituição é, por um lado, de cúmplice, inevitavelmente a pessoa que você está atendendo vai vê-la como representante daquela instituição, do funcionamento daquilo e, por outro lado, a gente tem que manter uma distância pra poder estar apontando coisas, fazendo críticas.

Cenise: Nós tivemos uma experiência de trabalhar com os pacientes em grupo, fazíamos um jornal, para trabalhar com a expressão, ter um espaço para a loucura. Então, reparávamos que o grupo do jornal reproduzia a repressão que recebiam. Eles não queriam publicar textos "loucos", jogavam fora porque achavam "xarope". No início o jornal publicava aniversários, visita de alguma autoridade, aniversário do diretor — isso era o social —, depois quando começamos a questionar o que era social, o jornal começou a mudar, a discutir coisas como a questão da alimentação e aí acabou.

Tínhamos também um grupo de teatro, de música, fazíamos um festival lá no manicômio. Acontece que, de repente, você tem que mexer com a administração da instituição, com a utilização dos recursos e tudo fica muito difícil. Essa coisa do controle que a gente fala, lá é levada ao extremo, são coisas que deixam a pessoa pior, é a anti-saúde. A impotência que eu sinto é porque as justificativas que eles dão são totalmente furadas e tudo é por causa da norma, do regulamento, as verbas demoram pra sair e tudo fica sempre do mesmo jeito. É muito difícil mexer com esse lado administrativo.

Outra coisa que eu observei é que os pacientes sempre ficavam deitados no



Cenise M. Vicente

chão e eu tentava entender o porquê disso, até que um dia um amigo meu foi lá e filmou o manicômio. Simplesmente não tinha banco. Eu achava que era a questão do desamparo deles, eram desligados do mundo e não era nada disso, simplesmente o número de bancos era insuficiente. Lá as lâmpadas têm grades; por motivo de segurança máxima a luz fica acesa o tempo todo, é terrível. Acho que eles quebravam as lâmpadas para poder dormir no escuro e por isso as grades. Eles não têm noite, o lugar é cheio de holofotes, tudo é super iluminado. Essa idéia de que eles quebram as lâmpadas para se cortar para morrer, não é bem verdade. Quando eles querem, conseguem; em geral usam o cinto da calça. As mulheres se cortam mais, mas não porque querem morrer, é que lá tudo é tão autoritário e o acesso às autoridades tão difícil, que esse é o único jeito de chamar atenção, porque choca todo mundo.

Yara: A violência maior está nas pequenas coisas. No caso da Febem, das crianças que estão lá há anos, o que a gente vem tentando ganhar é um mínimo de privacidade, é elas terem um armarinho individual para guardar as roupas, do lado de cada cama. Então você vai falar e ouve que os armários vieram mas não puderam instalar, ficaram em algum lugar, acabaram enferrujando ou então não têm chave, etc. O discurso de todos os funcionários, do diretor ao atendente, é sempre o mesmo: precisamos fazer, precisamos, é fundamental... Às vezes é você que tem que ir lá e fazer, tem que escarafunchar tudo mesmo, essas coisas pequenas, porque é preciso tentar melhorar um pouco a vida daquela pessoa, é o micro-mundo dela.

Cenise: É tentar, na prática, conseguir es-

sas mínimas coisas, dar esse direito de individualidade que não se tem lá. Essas coisas, a gente precisa colocar na cabeça do Ministro da Saúde. Em geral, o discurso oficial só faz concordar com isso, botar em lei, só que não chegam os armários no almoxarifado e tal, isso é muito complicado.

É interessante como, no cotidiano, desde os funcionários de nível mais baixo até os mais graduados, acabam justificando, explicando por que as coisas não funcionam. É de um jeito moralista, estereotipado: é bom ou mau. Não se espera coisa nenhuma, há um descrédito com mudanças que não é à toa. Tudo é muito perigoso, daquele jeito está horrível mas é uma coisa conhecida, já se está acostumado. Os funcionários também vivem super mal, são funcionários do Estado e ganham pouco, então eles acham que ali, os pacientes — pelo fato de terem casa e comida —, estão muito bem. Eles falam, como é que o paciente reclama, se ele, funcionário, mora na vila tal, que não tem água, etc.

Yara: Na Febem, as atendentes são praticamente da mesma camada das crianças e a relação delas com as mães é meio complicada porque elas às vezes também deixam quatro filhos sozinhos em casa, vão trabalhar e não internaram os filhos. Então, essa mãe que interna é vagabunda, está folgando. Mas, por outro lado, elas têm também uma dedicação incrível pelas crianças, uma relação quase de mãe mesmo. E ao mesmo tempo, mil defesas, prá não entrar em contato com a fome, o sufoco, o desespero daquela criança.

Como toda a equipe técnica, ela tem lá suas defesas, tem um nível de suporte da frustração, da angústia. O psicólogo

tem que trabalhar um pouco essas coisas das atendentes, do inspetor de alunos, etc. É parte da nossa função estar junto com eles, sentindo as mesmas coisas, participando do sufoco desse pessoal que fica diretamente ligado à criança, ao louco, porque é o dia-a-dia deles.

Cenise: Um risco técnico que a gente corre é colocar os pacientes como vítimas e os funcionários como os maus. A gente é legal, é quem entende e os funcionários, que têm de vivenciar a rotina, o regulamento, ficam como os vilões porque são eles que fecham o portão, que fazem todo mundo levantar às cinco da manhã, que mantêm toda aquela coisa. O que determina isso é a estrutura da instituição, porque qualquer que seja o funcionário que esteja lá, vai ser ruim, não tem jeito. Fechar o portão é sempre ruim e não interessa quem feche. É muito separada essa coisa de bons e maus. O funcionário reclama que o doente é agressivo, mas, é claro, ele volta a agressividade para quem o oprime diretamente. Há uma escala de opressão, do funcionário para o paciente, do técnico para o funcionário, dos juizes para a instituição e assim por diante. Isso precisa ser revisto mas como a gente não se coloca na instituição, na dinâmica dela, ficam configurados esses dois grupos, o dos bons e o dos maus. O técnico tinha que ter um mínimo de compreensão da dinâmica institucional para sair desse lugar de bonzinho e de acusador dos funcionários, porque o caminho é fazer um trabalho conjunto.

Yara: Acho que o jeito de se conseguir ajuda é poder contar com o funcionário que lida diretamente com a criança, o paciente. Ele é quase que completamente alienado, ele nem sabe o que faz. Eu vejo

pelo caso de inspetores, é uma coisa de bater muito. É uma norma que convence, claro, no nível do geral, mas tem que achar um sentido prá isso dentro da instituição como um todo, não só na função dele.

"O PSICÓLOGO DEVE ASSUMIR QUE TEM PODER"

Cenise: O que pode dizer o técnico ao funcionário é: que outras coisas a gente poderia estar fazendo por essas pessoas? Porque se são violentas, isso é uma forma de comunicação delas e vai ser sempre assim se a gente não oferecer outro meio delas se comunicarem. Numa época, numa colônia feminina, nós fazíamos reuniões gerais, com pacientes, funcionários, técnicos, todo mundo, para discutir problemas, as coisas que tinham acontecido, coisas práticas como a televisão que tinha quebrado e era um problema porque demorava prá consertar, etc. Antes, a pessoa que quebrou a televisão era punida, ia para a cela forte. A gente observou num primeiro momento que os pacientes propunham normas muito rígidas — como o cara nunca mais poder assistir televisão, nunca mais sair da cela forte — então tinha que fazer com que eles ficassem mais flexíveis. Eles vão interiorizando toda a rigidez institucional e não conseguem ver outro canal, tanto os pacientes como os funcionários. Falta esse espaço prá discussão, prá compreensão, essa flexibilidade.

Outra coisa importante sobre a instituição é que a gente só descobriu a violência dentro do mundo do cárcere depois da repressão política, quando alguns jovens da classe média foram torturados. Só aí se descobriu que a violência era muito antiga, que sempre houve mas não fazia parte do nosso cotidiano. Isso foi muito atacado pelo rádio, pela televisão, um exemplo é que quando o PMDB assumiu o poder em S. Paulo houve toda uma denúncia da situação do Juqueri e veja como ele está hoje. Não se fala mais nada, então onde é que está a mudança dentro da instituição? No nível de governantes, eles também sabem disso e só se vai tocar no assunto de novo quando for mudar o governo. Mais ou menos em 81, quando houve uma rebelião no Juqueri e a Rota entrou lá e matou sete pessoas, se falou muito nisso. Hoje não se fala mais nada e o Manicômio está na mesma.

Yara: O discurso inicial do governo em relação ao Manicômio, à Febem, ao projeto do menor, era muito mais avançado do que tem sido a prática. Tinha a proposta de acabar com a violência, transformar a Febem e hoje a única mudança que eu vejo é a desinternação, uma coisa numérica também.

O psicólogo deve assumir que tem poder, que pode mudar alguma coisa, apesar de tecnicamente não lidar com elementos muito concretos, palpáveis. Em alguns momentos fica mais fácil se desincumbir de qualquer comprometimento e dizer que não tem poder nenhum e que isso o impede de opinar, quando deve. Existe aí uma omissão.

Delírio delinqüente: a educação pela violência

Maria da Graça Ferraz e Ferraz
Professora da Faculdade de Psicologia da Unesp
Campus de Assis - SP

Esse campo em que trabalhei foi escolhido em função do tema não propriamente da violência mas das relações de poder: as distâncias sociais entre as pessoas, não só dentro daquele espaço mas no contexto de toda uma influência sofrida por essa instituição específica, a EB — Escola da Barra.

Essa escola nasceu de uma forma muito peculiar porque já era, de início, um "ato infrator". Seus fundadores eram ex-operários que conseguiram fazer um curso superior e decidiram abrir a escola como forma de oferecer, aos filhos de operários e à população mais carente da periferia de São Paulo, condições de estudar.

A fundação da EB foi um ato político, um protesto ativo contra um estado de coisas que se vivia na época. Esse grupo de professores invadiu uma fábrica abandonada, colocou algumas cadeiras, uma lousa e uma placa informando que ali funcionaria um curso supletivo de 1º grau. Os alunos foram aparecendo, a escola começou a crescer, recebendo alunos de uma grande parte da periferia de São Paulo. Funcionou quase dois anos na ilegalidade, eles não sabiam o que precisava ser feito para oficializar o diploma dos alunos, se o curso poderia ser reconhecido mais tarde, nada se sabia.

De certa forma a fundação dessa escola foi um ato de violência contra o poder instituído, contra o ensino oficial. Os professores não estavam preocupados com o que se ensinava fora de lá e talvez esse tenha sido o erro do grupo, não participar um pouco da realidade de fora. A ignorância do contexto social político e econômico não ajudava nada.

Era uma atitude violenta, delinqüente e geradora de violência, que eu chamo "delírio delinqüente". Todas as coisas aconteciam na porrada, eles ignoravam que existia toda uma estrutura social que tinha de ser considerada como interferente nesse processo e não negada. Todo o processo de aprendizado era, por parte dos professores, uma tentativa de querer criar ali uma nova microestrutura, um mundo modelo que funcionasse melhor do que o mundo de fora. Eles transcendiam demais o processo de ensinar e aprender.

Essa postura, que tinha muito a ver com o rancor, o ressentimento por parte dos professores e alunos carentes contra o que eles chamavam de burguesia, passou a ser criadora de situações de desatino. Não pagavam dívidas que tinham com empresas, como por exemplo, a fornecedora de papéis para a gráfica da escola: chegavam os cobradores e eles diziam que não tinham dinheiro, que as empresas não faziam mais do que a obrigação em ajudar na educação da população carente, etc. Houve casos de credores enfurecidos, que pagaram marginais para invadir a escola e receber o dinheiro à força. Esse clima de violência foi criando complicações cada vez maiores.

Essa violência era valorizada, no topo da hierarquia estavam os delinqüentes. Existiam quadrilhas inteiras interessadas em estudar. Era incrível ver a vontade de saber deles. Eram muito interessados em filosofia e os professores não reprimiam nada que se fizesse, podiam falar o que bem entendessem, sem aquele esquema rígido de disciplina. Era uma escola livre, nesse aspecto era uma coisa muito bonita, criativa, que poderia ter dado muitos frutos.

**"O que eu podia fazer,
como psicóloga,
para essas pessoas
carentes de comida, de saúde?"**

Acho que existia uma ideologia dentro da escola que era mais ou menos assim: o poder continua, só temos que trocar as pessoas que o exercem. Por isso, os delinqüentes no poder e, ao lado deles, a classe operária. A escola funcionou inclusive como refúgio de bandidos, adolescentes que tinham se prostituído eram acolhidos, para que, segundo o "chefe", não continuassem na prostituição.

A minha relação com tudo isso era assim: no começo eu fui extremamente marginalizada, era como se eu fosse a infratora, pela minha condição de "intelectual burguesa", bem-alimentada, que estava ali porque não tinha mais nada para fazer. Se eu quisesse participar de fato, tinha de botar a mão na massa, ajudando a construir a escola e não falando sobre ela. O trabalho intelectual era totalmente desvalorizado.